REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. A inclusão social da criança com deficiência: criança especial. São Paulo: Rocca, 2000.

BORBA, Â.M. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In: BRASIL, LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e Adolescente (Eca).

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Lei nº. 8.069, de 13.07.1990, Brasília, 1990.

BROUGÉRE, Gilles. Brinquedo e Cultura. São Paulo: Cortez, 1995.

CUNHA, N.H.S. Um mergulho no brincar. São Paulo: Aquariana, 2001.

DOHME, Vânia D'Ângelo. Atividades lúdicas na educação: o caminho de tijolos amarelos do aprendizado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ROLIM, Amanda A. M.; GUERRA, Siena S. F.; TASSIGNY, Mônica M. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. Artigo disponível em http://brincarbrincando.pbworks.com/f/brincar%2B_vygotsky.pdf.

WALLON, H. O Brincar. In: WALLON, H. A Evolução Psicológica da Criança. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ENSINO E APRENDIZAGEM DE LIBRAS COM L1 L2

MARCELO JUNCAL

RESUMO

Visto que a língua brasileira de sinais tem se expandido cada vez mais não apenas na comunidade surda, mas também para ouvintes, a procura por cursos e capacitação na área tem crescido nos últimos anos. O surgimento das comunidades surdas possibilitou a produção literária sinalizada, assim como outros tipos de aprendizagem, mesmo que esta tenha se perdido devido ao amordaçamento linguístico e cultural vivido pelos surdos a partir da hegemonia oralista. O presente artigo tem como objetivo analisar como estes métodos comunicativos têm contribuído para a prática de ensino aprendizagem dentro das salas de aula, e analisar o desenvolvimento do ensino de libras como L1 e L2.

PALAVRAS-CHAVE: Capacitação; Ensino Aprendizagem; Libras.

ABSTRACT

As the Brazilian sign language has been expanding not only in the deaf community but also for listeners, the demand for courses and training in the area has grown in recent years. The emergence of deaf communities has enabled signaled literary production, as well as other types of learning, even though it has been lost due to the linguistic and cultural gagging experienced by deaf people from oralist hegemony. This article aims to analyze how these communicative methods have contributed to the practice of teaching and learning within the classroom, and to analyze the development of teaching of pounds as L1 and L2.

KEYWORDS: Training; Teaching learning; Pounds.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta conhecimentos sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, que através dos movimentos sociais organizados e da própria comunidade surda, depois de muitas lutas conseguiram que fosse reconhecida como língua.

Objetivo Geral: a educação é muito importante no crescimento da criança. A educação da criança surda é um direito, faz parte da sua condição como ser humano e o dever de educar, é uma exigência do Pai e do Professor, nesse caso para a criança surda, tal como para a criança ouvinte, o pleno desenvolvimento das suas capacidades linguísticas, emocionais e sociais é uma condição necessária para o seu desenvolvimento como pessoa.

Objetivos Específicos: nesse aspecto os desafios a nova Lei de inclusão se fazem presente e tem objetivo de mostrar através de diálogos na Lei que consiste na integração da Inclusão da criança com necessidades especiais

na Instituição Regular no Sistema de Ensino,

Problema levantado: precisamos integra-las na sociedade com respeito acolhendo cada um com sua necessidade especifica. Para que isso ocorra é necessário um profissional qualificado que atenda essa de demanda.

Justificativa: o professor deve ter uma boa metodologia de forma adequada aprendizagem desses alunos surdos para desenvolver as atividades propostas, no ambiente escolar o professor deve criar condições para que se promova a transformação, sempre visando á promoção a inclusão escolar. Com professores capacitados e compromissados com a educação de todos.

1. Tipos de Surdez

Na realidade com a perda da audição, verifica – se a existência de vários tipos de deficiência auditiva. Nesta área, as alternativas de atendimento são de caráter mais individualizado. Isto ocorre justamente com a idade, o grau, o tipo, e que proporcionam o diagnóstico do tipo de atendimento que o professor irá prestar a esse aluno. Na inclusão dos alunos surdos com os alunos ouvintes deve se proporcionar um bem estar para o aluno deficiente para que ele não se sinta diferente ou excluído dos demais do grupo. Todos os alunos desenvolvem o sentido da autonomia sendo ele deficiente ou não, ele percebe que tem escolhas: sim, não. Criam possibilidades em suas ações, mudando a cada dia a sua vida.

A deficiência é divida em 4 categorias, sendo o MEC (1997), são elas:

Surdez leve: Que cada criança é capaz de perceber os sons da fala que adquire e desenvolve a linguagem oral espontaneamente, nesse sentido o problema geralmente tardiamente é descoberto. Dificilmente se coloca o aparelho de amplificação, porque a audição é muito próxima do normal.

Surdez Moderada: Nesse aspecto a criança pode demorar um pouco mais para desenvolver a fala e linguagem. Apresenta alterações articulatórias “trocas na fala”, na realidade elas não percebem todos os sons com clareza, e tem dificuldades em perceber a fala em ambientes ruidosos. Essas crianças desatentas e com dificuldades no aprendizado da leitura e da escrita.

Surdez Severa: Nesse tipo de surdez a criança terá dificuldades em adquirir a fala e a linguagem espontaneamente. Poderá adquirir o vocabulário do contexto familiar e precisa de aparelho de amplificação e acompanhamento especializado.

Surdez Profunda: Nesse grau de surdez a criança dificilmente desenvolvera a linguagem oral espontaneamente. Só responde auditivamente aos sons muito intensos como bombas, trovões, motores de carros e aviões. Frequentemente utiliza-se a leitura orofacial. Necessita fazer o uso de aparelhos de amplificação ou implantes coclear. Com acompanhamento especializado.

1. O ENSINO DE LIBRAS

As crianças surdas assim como as crianças ouvintes, necessitam ter um conhecimento prévio de sua própria língua, pois sem este conhecimento fica difícil crianças surdas avançarem no aprendizado em Libras e na língua portuguesa.

Diferente das crianças ouvintes que já chegam na escola com conhecimento de sua língua, as crianças surdas muita das vezes não tem o domínio adequado de sua língua e isso não acontece somente com crianças, muitos jovens ou adultos que não tiveram acesso a língua de sinais quando crianças, tendem a ter certas dificuldades agora na fase adulta. O ensino de libras pode ocorrer em duas situações: na primeira, os educandos surdos que aprendem libras como primeira língua (L1) e na segunda são os educandos ouvintes que aprendem libras como segunda língua (L2).

Ensinar Libras não é uma aprendizagem que deve ser feito somente em salas multidisciplinares, deve ser incluído também em salas de aulas regulares para que haja a interação entre ouvintes e surdos, este ensino também deve ocorrer em ensino superior e cursos preparatórios e demais.

Segundo Lima (2007) uma educação bilingue de surdos deve inserir em seu currículo a língua de sinais e a escrita da língua portuguesa como segunda língua em sua completude, incluindo métodos de ensino focados na característica visual e na cultura dos surdos.

As crianças e alunos surdos incluídos raramente se comunicam com seu professor, comunicando-se com muito mais frequência com seu intérprete, principalmente pelo modo como ele atua neste espaço, constatando a relação intérprete-aluno surdo é na maior parte do tempo iniciada pelo próprio intérprete,

criando um modo de relacionar-se muito diferente daquele construído pelos demais alunos que precisam lutar por seu turno discursivo, que em grupo precisam esperar sua vez de se colocar e, por vezes, se impor para poder falar. Em relação a essa realidade, a criança surda vive uma situação "artificial", com uma redução do potencial para atuação independente e um acréscimo de ações dirigidas pela instrução do intérprete.

É preciso que a atuação do intérprete se constitua em parceria com o professor, propiciando que cada um cumpra com seu papel, em uma atitude colaborativa, em que cada um possa sugerir coisas ao outro, promovendo a melhor condição possível de aprendizagem para a criança surda.

O papel do intérprete educacional e dos modos como ele é desempenhado em cada um dos níveis de ensino pode revelar aspectos dessa prática educacional que interessa ser mais bem compreendida quando o ambiente pedagógico se diz inclusivo e pretende respeitar as peculiaridades e necessidades dos alunos surdos.

Embora seja comum às pessoas pensarem que os surdos se comunicam soletrando palavras do português, utilizando-se palavras do alfabeto manual, esse e mais um mito a ser superado. O alfabeto manual e apenas um recurso utilizado para soletrar nomes próprios, ou que não existam em seu vocabulário de Libras. Na Libras esses aspectos são marcados discursivamente, em mecanismos espaciais, e não por meio da morfologia ou da sintaxe, tal qual ocorre na Língua portuguesa. Assim, em um enunciado que envolve o verbo "olhar" e a orientação da mão que indica o sujeito e o objeto da oração, por exemplo. Isso significa que não há dependência estrutural entre a língua de sinais de um país e sua língua oral.

Há uma riqueza de elementos nas Libras, baseados na cultura visual dos surdos, que nos oferecem um amplo universo de possibilidades de representar o mundo, encadeando as palavras não de forma linear e sequencial, como estão acostumados na comunicação oral e também escritos, mas de modo simultâneo e multidimensional. (ANDRADE, 2005, p.41).

criando um modo de relacionar-se muito diferente daquele construído pelos demais alunos que precisam lutar por seu turno discursivo, que em grupo precisam esperar sua vez de se colocar e, por vezes, se impor para poder falar. Em relação a essa realidade, a criança surda vive uma situação "artificial", com uma redução do potencial para atuação independente e um acréscimo de ações dirigidas pela instrução do intérprete.

É preciso que a atuação do intérprete se constitua em parceria com o professor, propiciando que cada um cumpra com seu papel, em uma atitude colaborativa, em que cada um possa sugerir coisas ao outro, promovendo a melhor condição possível de aprendizagem para a criança surda.

O papel do intérprete educacional e dos modos como ele é desempenhado em cada um dos níveis de ensino pode revelar aspectos dessa prática educacional que interessa ser mais bem compreendida quando o ambiente pedagógico se diz inclusivo e pretende respeitar as peculiaridades e necessidades dos alunos surdos.

Embora seja comum às pessoas pensarem que os surdos se comunicam soletrando palavras do português, utilizando-se palavras do alfabeto manual, esse e mais um mito a ser superado. O alfabeto manual e apenas um recurso utilizado para soletrar nomes próprios, ou que não existam em seu vocabulário de Libras. Na Libras esses aspectos são marcados discursivamente, em mecanismos espaciais, e não por meio da morfologia ou da sintaxe, tal qual ocorre na Língua portuguesa. Assim, em um enunciado que envolve o verbo "olhar" e a orientação da mão que indica o sujeito e o objeto da oração, por exemplo. Isso significa que não há dependência estrutural entre a língua de sinais de um país e sua língua oral.

Há uma riqueza de elementos nas Libras, baseados na cultura visual dos surdos, que nos oferecem um amplo universo de possibilidades de representar o mundo, encadeando as palavras não de forma linear e sequencial, como estão acostumados na comunicação oral e também escritos, mas de modo simultâneo e multidimensional. (ANDRADE, 2005, p.41).

A questão da diferença linguística, a identidade e cultura surda, e de como aprendem o surdo ao seu redor, são assuntos relevantes na educação dos surdos.

Vygotsky (1998) aponta a utilização de signos e instrumentos na construção do sujeito, já que estes possuem funções de mediadores, ferramentas auxiliares da atividade humana. Os signos são "instrumentos psicológicos" do ser humano, isto é, auxiliam-nos processos

psicológicos em diversas situações, pois são oriundos internamente - o processo contínuo de construção das significações nasce de suas experiências externas que se internalizam e constituem o indivíduo. É nas ações, nas interações sociais, e na linguagem que o homem mergulha nesta rede de significações e representações simbólicas, transformando-se e se desenvolvendo ao longo de toda sua vida.

Percebe-se que o oralismo ainda tem uma grande força na abordagem educacional do surdo, embora se tenha dado oportunidades para a penetração da língua de sinais nos espaços educacionais. Nota-se que na maioria das vezes a presença do surdo continua sendo indesejável.

Muitas vezes se busca o que é mais conveniente, uma mistura de fala e língua de sinais que na melhor das hipóteses, apenas uma fala apoiada pelos sinais, que na verdade é inadequada para ser compreendida pelo sujeito surdo.

Incluir o sujeito surdo em sala de aula regular simplesmente porque a lei manda, inviabiliza o desejo do surdo de construir saberes, identidade e culturas a partir das duas línguas (a de sinais e a língua oficial do país). E impossibilita a consolidação linguística do surdo.

2. ENSINO DE LIBRAS COMO L1 E/OU L2

O ensino de Libras vem se adaptando para algumas especificações da criança surda, visto que há uma pedagogia surda que é totalmente voltada para o ensino aprendizagem destes educandos.

Dentro deste repertório que é utilizado para a educação de libras, tem-se:

Datilogia e sinais específicos para objetos

Cinema com recurso didático

Produção pictórica

Jogos educativos

Ressalta-se que um dos desafios do professor de libras é pensar em metodologias que comtemplem o aspecto viso espacial da língua de sinais. Assim, adota-se ferramentas como uso de aparelhos de projeção e vídeos para que seja possível comtemplar esses aspectos. Pois desta forma, além da sinalização em libras temos: encenações, movimentos corporais faciais e alguns outros recursos que são utilizados para melhorar o ensino aprendizagem do surdo.

O método mais utilizado atualmente é a literatura visual, que é importante para o ensino de libras, pois torna a aula fica mais atraente e mais participativa, fazendo com que os alunos se interessem mais e prestem mais atenção. Pensar em literatura visual é pensar numa modalidade de produção literária que utiliza a visão como principal fonte de captação da informação. Considera-se três tipos de produções literárias visuais, a primeira esta relacionada a tradução de textos literários para a língua de sinais, a segunda é a adaptação dos textos clássicos para a língua dos surdos e a terceira é a produção de textos em prosas ou versos feitos por surdos. A metodologia do educador fica mais interessante, tem-se um melhor desenvolvimento e rendimento da aula para os alunos e assim fica mais fácil avaliá-los com melhores resultados e desempenho.

Já a segunda língua, a L2, é qualquer língua aprendida após a primeira língua ou a língua materna que é a L1.

Remetendo essas informações ao ensino da língua portuguesa ao sujeito surdo como segunda língua, entende-se que para que a educação bilingue aconteça, a comunidade alvo deve dominar sua própria língua ou ao menos ter um bom domínio da língua portuguesa.

Nas escolas, o desafio de ensinar crianças ouvintes e com uma língua que elas nunca tiveram contato, se tornou um grande passo na educação, porem de uma maneira tímida.

> [...] essencial na tarefa de descodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas de compreendê- la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular. Em suma, trata-se de perceber seu caráter de novidade e não somente sua conformidade à norma. (Albres, 2016, p. 151)

Utiliza-se a brincadeira como um referencial para uma aprendizagem efetiva, ou seja, por meio de jogos e algumas brincadeiras a criança irá criar mecanismos lógicos que as conduzam para o conhecimento de uma maneira despojada, espontânea e divertida.

Brincadeiras lúdicas também ajudam neste aprendizado, é uma maneira diferenciada de se aprender uma nova língua, e esta modalidade é muito usada em educação infantil, onde a maioria do aprendizado é em torno de brincadeiras, contos, teatros, filmes etc.

A língua de sinais, na maioria dos casos, é um novo mundo para os alunos ouvintes dentro do espaço educacional. Gesser (2012) afirma que para muitos alunos ouvintes seria mais fácil se a libras fosse uma versão sinalizada do português.

É importante destacar que a escola que os surdos precisam, defendida na lei, e a escola real oferecida aos surdos são bastante diferentes. Apesar do esforço de alguns profissionais da educação, a experiência de educação focalizada ainda reflete os princípios de uma educação inclusiva, compreendida apenas como a inclusão de surdos na rede regular, que é pensada e se organiza para alunos ouvintes. Esse é o grande obstáculo do processo inclusivo dos surdos na educação. Cabe perguntar: como a escola vai garantir o processo de aquisição da Libas? Como será promovida a interação social entre os pares surdos e ouvintes? Como é possível garantir o acesso aos conhecimentos escolares na língua de sinais em escolas que utilizam o português como meio linguístico? Como será proporcionado o ensino de português com estratégias baseadas na aquisição de segunda língua? Observa-se que são questões ainda sem respostas. Não basta um decreto para uma transformação efetiva das práticas. Mas elas só serão eficazes se de fato a condição linguística especial do surdo for compreendida.

No Brasil, a profissão de ILS ainda não é reconhecida, e, essa razão, essa atividade é desempenhada por profissionais oriundos de diferentes áreas como:

pedagogos, fonoaudiólogos e pastores, entre outros. Segundo Rosa (em Lacerda 2011, p. 27).

Para (Lacerda 2011), a inclusão dos surdos e a efetivação do direito à informação em sua língua, é imprescindível o reconhecimento do profissional intérprete de Libras, que é quem possibilita a comunicação entre surdo e ouvinte, devendo o mesmo ter domínio da Libras e do português, conhecimento das implicações da surdez no desenvolvimento da indivíduo surdo, conhecimento da comunidade surda e convivência com ela. Tais pressupostos são defendidos pela Federação Nacional de Educação e Instrução dos Surdos (FENEIS) que apoiada no texto de Quadros 2004, uma das primeiras publicações nacionais sobre o tema, financiada pelo MEC, afirma não bastar o profissional ter apenas conhecimento da língua de sinais, mas a importância de ele ter boa fluência e ser versátil para interpretá-las para língua portuguesa e vice-versa, destacando o respeito e a postura ética em sua atuação com a pessoa surda como fundamentais para o reconhecimento positivo de seu trabalho.

Ser humilde sem rancor, convencimento ou orgulho próprio. O Intérprete precisa ser a voz do surdo e a voz do ouvinte. (...). O intérprete precisa interpretar em qualquer lugar, sem preconceito. Como: grupo de conscientização homossexual, repartições publicas, religiões diversas. O intérprete respeitando a cada religião deverá seguir a consciência e o coração. Mesmo que não seja de acordo. Deverá se manter em seu profissionalismo. Após chegar em casa sozinho, deverá "explodir". (...) O intérprete sempre vestirá a camisa do intérprete: ser sempre sigiloso e modesto (FENEIS, 2006).

O texto idealiza a figura do ILS, como alguém "perfeita": humilde, sem rancor, modesto entre outros, exigindo em nome em nome de um código de ética postura utópicas, como se apenas seres humanos muito especiais pudessem ser intérpretes. O ILS precisa ser íntegro, sigiloso e o mais fiel possível ao texto/enunciado a ser interpretado, mas não que dizer que ele deva ter estas ou aquelas características.

A FENEIS aponta ser necessário um continuo aperfeiçoamento em Libras, para melhor conhecer a língua e aspectos da comunidade surda. Defende a ampliação do conhecimento do domínio linguístico, da gramática, do uso de expressões faciais, e de uma postura corporal sem exageros, sempre focalizando conhecimentos ligados aos aspectos linguísticos. Técnicas ou estratégias de interpretação propriamente não são mencionadas ou valorizadas.

Percebe-se no que se refere à atuação do ILS que há outros problemas em sua prática. O aluno surdo em geral tem um baixo índice de escolaridade, pela entrada tardia na escola e pela aquisição das Libras. Não são incomuns situações em que o aluno surdo desconhece a língua de sinais, onde irá dificultar o aprendizado. Neste caso o intérprete necessita fornecer à compreensão também da língua portuguesa. Outra situação muito comum é o ILS não ter acesso prévio ao que vai interpretar em sala de aula, tornando o trabalho de interpretação ainda mais difícil.

3. O ENSINO DE LIBRAS NAS ESCOLAS

Nas escolas para surdos, o ensino de línguas é considerado importante, pois está ligado na construção da identidade surda e no empoderamento da comunidade surda.

A escola deve apresentar alternativas voltadas às necessidades linguísticas do surdo, promovendo assim estratégias que permitam a aquisição e o desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua.

Estudantes surdos dentro de uma sala de aula com alunos ouvintes merece atenção, uma vez que tais alunos apresentam aspectos que destoam do padrão social vigente.

A língua de sinais possui riquezas linguísticas da mesma forma que as línguas orais, oferece as mesmas possibilidades de constituições de significados cumprindo um papel fundamental na educação dos surdos e de ouvintes.

Surgiram algumas propostas novas de ensino aprendizagem, que é o método comunicativo, que é dividido em cinco abordagens: abordagem natural, abordagem comunicativa, a aprendizagem que é baseada em tarefas, a abordagem lexical e a abordagem comunicativa intercultural.

A abordagem natural apresenta alguns princípios:

Aquisição

Língua alvo

Gramática

Objetivos semânticos

A abordagem comunicativa segue os seguintes conceitos:

Atividade

Interação social

Motivação

Postura comunicativa

A abordagem intercultural baseia-se em:

Comunicação propriamente dita

Estereótipos

Comportamento não verbal e para verbal

Respeito e reputação entre si

Estrutura comunicativa

Atitudes, valores e crenças

Reflexo da língua

Atos da fala

A abordagem baseada em tarefas baseia-se em:

Pré tarefa

A tarefa

O planejamento

O relato

A análise

A prática

A abordagem lexical baseia-se em:

Léxico gramaticalizado

Léxico não gramaticalizado

Quando se refere a interação aluno-professor, é possível citar a experiência da prática em sala de aula, onde o aluno surdo gosta de passar as suas experiências contínuas. O professor sempre busca o conhecimento prévio de seu aluno, para aproveitar o elo de comunicação para enriquecer os conteúdos que ele apresenta em sala de aula.

É por este motivo que deve ocorrer a capacitação de profissionais e educação contínua de profissionais. O professor deve estar sempre adaptado a novas tecnologias e a novos métodos de aprendizagem, para que quando ocorra uma inclusão ele esteja capacitado para tal.

4. LEGISLAÇÃO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Pela LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002 a Libras é reconhecida como meio legal

de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Art. 4o O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudióloga e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Várias diretrizes e leis orientam as políticas públicas para a educação de surdos - a Lei n° 10.098/94 de 23 de março de 1994, no capítulo VII, legisla sobre a acessibilidade à língua de sinais, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (Resolução CNE/CEB n°2, de 11 de setembro de 2001), e mais recentemente o Decreto nº 5.626/05 que regulamenta as Leis nº 10.098/94 e nº 10.436/02. Toda essa legislação orienta as ações da federação, dos estados e municípios no atendimento à pessoa surda, principalmente no que se refere a sua educação.

Góes e Souza (em Lacerda 2011, p. 23) interessados na educação de surdos destacam, referindo-se a Lei nº 10.098/94, que a importância da língua de sinais como meio de comunicação entre surdos deveria ser reconhecida e a provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tivessem acesso à educação em sua língua nacional de sinais. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas a educação delas poderia ser mais adequadamente provida em escolas especialmente organizadas ou em escolas regulares com classes com recursos especiais proporcionando assim um melhor desenvolvimento a esses sujeitos.

Em 2002, a lei nº 10.436, reconhece a Libras, conferindo a ela status de língua oficial brasileira. Com base na lei o seu uso pelas comunidades surdas ganhou legitimidade e passou a ser possível para o acesso a educação e outros serviços públicos. A mesma lei também torna obrigatório aos estudantes do magistério e nos cursos de especialização em Educação Especial, ampliando a abrangência de profissionais com conhecimento sobre LIBRAS e a surdez e as possibilidades de o trabalho com alunos surdos ser desenvolvido de forma a respeitar suas condições linguísticas diferenciadas.

Todavia, a Lei nº 10.436 só foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05 em dezembro de 2005. Essa legislação trata do direito das pessoas surdas ao acesso ás informações através das Libras a formação bilíngue e da formação de intérprete de Libras. O art. 17 desta lei afirma que essa formação do tradutor e intérprete de Libras língua portuguesa deve efetiva-se por meio de curso superior de tradução e interpretação, com habilitação em Libras-língua portuguesa.

Segundo Lacerda 2011, p. 24, atualmente no Brasil, a formação do ILS vem se dando em serviço, na atividade prática e poucos são os cursos oferecidos voltados para essa formação. Mas o mais importante é focalizar que a formação fundamental para o tradutor/intérprete vai além do conhecimento das línguas, que deve ser uma formação plural e interdisciplinar, visando o seu trânsito na polissemia das línguas, nas esferas de tradução/interpretação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver deste trabalho conclui-se que hoje com os artefatos culturais que os professores e alunos trazem na sua bagagem, fica mais fácil e atraente sua dinâmica na forma de se comunicar. Lembrando que o conteúdo deve sempre ser adequando de acordo com a necessidade de cada aluno.

De acordo com as metodologias citadas acima, o aluno consegue realizar suas tarefas de forma autônoma no modo de agir e pensar com o convívio social, assim desenvolvendo o seu cognitivo na educação e na sociedade.

Podemos concluir que em tempos de inclusão, espera-se que a escola mais do nunca, seja um espaço que acolha a diversidade e que promova uma educação de qualidade. Crianças surdas não são diferentes, pois através da interação social, elas desenvolvem sua linguagem e adquirem a língua de sinais. A educação de crianças surdas é vista principalmente no âmbito educacional devido ao fato de que a inclusão das pessoas com deficiência exige mudanças significativas.

O principal papel da escola é formar cidadãos. E neste processo inclui-se alunos com deficiência física, visual, auditiva e outras. Porém a deficiência não é um motivo para que estes cidadãos não sejam considerados como tal.

Com a inclusão escolar, as escolas têm o dever de matricular todos os alunos, e o go-

verno deve garantir que haja um suporte neste processo, para que os profissionais que atuam na mesma estejam preparados para o atendimento a todos os educandos. Além de reconhecer o papel do intérprete como um mediador no processo de ensino aprendizagem do aluno surdo, no ensino de libras como L1 e L2. Também se torna necessário a formação contínua de professores e disponibilização de recursos para o ensino dos conteúdos curriculares das disciplinas e permitir assim que o surdo consiga adquirir o bilinguismo. É necessário para que haja uma inclusão, que se mantenham os alunos sempre atualizados e inteirados sobre assuntos como língua de sinais, libras.

Alguns professores de maneira equivocada e por falta de conhecimento atribuem aos intérpretes às responsabilidades de explicar os conteúdos tanto quanto a traduzir as aulas, ficando claro que eles ainda não conquistaram o seu lugar.

Pelo que foi possível observar referente ao papel e a atuação do intérprete no espaço educacional, percebe-se que ainda é bastante incipiente. Pouco se conhece sobre os desdobramentos daquilo que é feito em sala de aula na perspectiva da educação inclusiva bilíngue para surdos. Além disso, por ser uma profissão nova, não há número suficiente de profissional formado até o momento.

Portanto a falta dessa formação profissional especifica para a atuação profissional leva a uma visão equivocada de que o intérprete deve ter uma formação generalista, e que ele por vezes, pode se responsabilizar pelos processos de aprendizagem dos alunos surdos.

É exatamente neste terreno pantanoso e plural que atua o interlocutor/interprete no espaço escolar, e que ao contrário do que frequentemente acontece a posição do IE precisa fazer escolhas, eleger sentidos, para dele se apropriar e fazê-los chegar ao seu destinatário, sendo um profissional ativo buscando compreender os sentidos pretendidos.

Atualmente o intérprete é visto como alguém passivo, um instrumento que verte de uma língua a outra. Um personagem envolvido nas cenas inclusivas e que se tudo ocorrer bem o teatro da inclusão fará o maior sucesso.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino, Ensino de libras: Aspectos históricos e sociais para a formação didática de professores. Curitiba: Appris, 2016.

ANDRADE, Maria Margarida de Introdução à Metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação / Maria Margarida de Andrade.- 7. ed. São Paulo: Atlas. 2005.

ARAUJO, Magali Nicolau de Oliveira Aspecto do Atendimento Pedagógico da Pessoa Surda. POSEAD-FGF. Brasília-DF 2010.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Centro Nacional de Educação Especial. Proposta Curricular para Deficientes Auditivos. Elaborada pela Derdic/PUC-SP Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1978,10 vol.

. Secretaria de Educação Especial. Subsídios para organização e funcionamento de serviços de Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEES, 1995.

. Lei Darcy Ribeiro (1996). LDB: Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9.394, de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; e legislação correlata. - 2. Ed. - Brasília Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações, 2001. 102 p. - (Série fontes de referência. Legislação; nº 38)

. Subsídios para Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial. Brasília, MEC/SEESP, 1995. . Política Nacional de Educação Especial. Brasília, Secretaria de Educação Especial, 1994.

. Lei no 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: Acesso em: 15 de NOV. 2019.

FENEIS, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (2006) Endereço eletrônico: www.feneis.com.br. Acessado em: 22/01/2020.

GESSER, A. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras. I. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

LACERDA, Cristina B. F. de Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2009. (atual. ortogr.)

_. Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais